

A NULIDADE ONTOLÓGICA DO MAL EM AGOSTINHO

Nullity Ontological Evil in Augustine

Cleber Duarte Coelho¹

Resumo: Buscaremos no presente trabalho estabelecer algumas breves considerações sobre o pensamento de Santo Agostinho, no que se refere à questão do mal. Esta questão, como procuraremos demonstrar, foi de extrema importância para a formação pessoal de Agostinho, e ainda, evidentemente, para o itinerário filosófico adotado pelo bispo de Hipona. Além disso, sua resposta à questão da existência do mal no mundo foi de fundamental importância para o cristianismo posterior. A resposta agostiniana influenciou fortemente filósofos posteriores, que tiveram uma solução agostiniana para o problema do mal, como atestam muitos comentadores.

Palavras-chave: (mal; maniqueísmo; livre-arbítrio)

Abstract: We seek in this paper to establish some brief remarks on the thought of St. Augustine, with regard to the question of evil. This question, as we will try to demonstrate, it was of utmost importance to personnel training Augustine, and, of course, for the philosophical itinerary adopted by the bishop of Hippo. Also, your answer to the existence of evil in the word was of fundamental importance to Christianity later. The answer Augustinian strongly influenced later philosophers, that Augustine had to the problem of evil, as evidenced many commentators.

Keywords: (evil; Manichaeism; freewill)

Buscaremos, no presente trabalho, estabelecer algumas breves considerações sobre o pensamento de Santo Agostinho, no que se refere à questão do mal. Esta questão, como procuraremos demonstrar, foi de extrema importância para a formação pessoal de Agostinho, e ainda, evidentemente, para o itinerário filosófico adotado pelo bispo de Hipona. Além disso, sua resposta à questão da existência do mal no mundo foi de fundamental importância para o cristianismo posterior, como atestam muitos comentadores e a própria História da Filosofia.

Agostinho, no decorrer de sua trajetória intelectual, demonstrou grande inquietação em relação à questão do mal. Para evidenciarmos essa profunda inquietação, podemos ressaltar uma significativa passagem das *Confissões*, onde Agostinho menciona a questão que o acompanhou durante a vida: “Qual a sua origem, se Deus, que é bom, fez todas as coisas? Sendo o supremo e sumo Bem, criou bens menores do que Ele; mas, enfim, o Criador e as criaturas, todos são bons. Donde, pois, vem o mal”²?

¹ Professor Adjunto I na Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: rebelc2000@yahoo.com.br

² AGOSTINHO, *Confissões*, 1973, p. 133.

Em relação a esta fundamental questão filosófica, que tanto inquietou Agostinho, nos diz Mariciane Nunes:

Para Agostinho, o problema do mal sempre se apresentou como um paradoxo, visto que a preocupação do hiponense era a de poder encontrar uma explicação para a origem do mal criado e governado por um Deus sumamente bom e onipotente. Se Deus é perfeita bondade e onipotência, então o mal não pode existir. Contudo, Agostinho percebia, desde a sua juventude, que o mal era uma realidade muito poderosa. Desse modo, como explicá-lo? Qual será sua origem? Se admitirmos a existência do mal, surge o desafio de buscarmos uma explicação para a sua origem. Quem será o autor do mal? Sendo assim, no que diz respeito à bondade do criador, ou temos de afirmar que Deus não é completamente bom e, dessa forma, permite o mal, ou afirmá-lo como o autor do mal. Outra alternativa, ainda, seria admitir que Deus não é onipotente, e que, por isso, apesar de ser sumamente bom e querer evitar o mal, é impotente para impedi-lo. Assim, o dilema que se apresentava a Agostinho era o seguinte: Como explicar a realidade do mal, admitindo um Deus sumamente bom e onipotente?³

Simpatizante, por alguns anos de sua vida, da seita gnóstica dos maniqueus, o bispo de Hipona compactuou com o dualismo ontológico estabelecido pela mesma. Neste dualismo ontológico, bem e mal seriam princípios originários: o bem representaria a luz. O mal (ou matéria) representaria as trevas. De acordo com a doutrina dos maniqueus, o mal se justificaria em função de o ser humano ser definido como uma mescla de corpo e alma. O corpo (matéria) seria a causa do mal, o que isentaria o homem de responsabilidade na causa deste. Como atesta Marcos Costa:

A partir desse dualismo ontológico, deduzia uma moral, na qual explicava a origem do mal no homem, por ser o homem uma mescla de corpo e alma, ou melhor, uma mistura das duas tendências originárias, corpo- matéria ou o Mal- e a alma- Luz ou o Bem. E assim como no universo a matéria é a responsável pelos males físicos, no homem, o corpo é a causa dos males, inclusive os morais.⁴

Os males, portanto, estariam vinculados à natureza física, fruto da parte má da natureza do homem, o que significa dizer que não pode ser atribuída ao homem responsabilidade ou culpa pelos males, pois os mesmos representam parte de sua natureza: a matéria corpórea.

Esta solução maniqueísta satisfez Agostinho por alguns anos, mas à medida que foi tomando contato com leituras da antiga Grécia, novas perguntas surgiram em seu pensamento. Buscando respostas satisfatórias diante das novas inquietações, não encontrou no maniqueísmo, o que o levou a afastar-se progressivamente da seita.

Segundo Marcos Costa,

Seria em Milão, aos 30 anos de idade, ao ser contratado como *rector* da cátedra oficial dessa cidade, que Agostinho viria a superar definitivamente o

³ NUNES, M.M. *Livre-arbítrio e ação moral em Agostinho*, 2009, p. 37.

⁴ COSTA, M. R. N. *O problema do mal em santo Agostinho*, 2006, p. 162.

maniqueísmo. Ao entrar em contato com o bispo Ambrósio e a filosofia neoplatônica, encontrou neles os instrumentos conceituais necessários para recuperar os princípios cristãos que mantinha latentes em seu coração.⁵

Este contato direto com Ambrósio rendeu a Agostinho a concepção de um Deus-Uno que é substância espiritual, criador de todas as coisas. A alma humana também seria substância espiritual, contrariando o que os maniqueus afirmavam: que todos os seres (incluindo Deus e a alma) eram substâncias corpóreas. A partir daí, Agostinho começa a reencontrar-se com a fé.

Através da leitura de filósofos neoplatônicos, sobretudo Plotino, onde apreendeu a noção de participação e o conceito de não-ser como equivalente ao nada, Agostinho munuiu-se de argumentos que lhe seriam fundamentais para resolver a questão do mal. Travando contato com a leitura do apóstolo Paulo, Agostinho descobre a necessidade da humildade cristã em detrimento do orgulho racionalista que o habitava. Passa a perceber que a plena sabedoria e felicidade residem em Deus, e que, para alcançá-Lo, é preciso transcender a razão.

A conversão agostiniana à fé cristã foi decisiva e serviu como alicerce para o bispo de Hipona responder satisfatoriamente ao problema referente ao mal. É pela crença num Deus sumamente bom, que criou todas as coisas a partir do nada, que Agostinho supera a teoria dos maniqueus. Afirma Marcos Costa:

Assim, primeiramente, partindo do princípio bíblico da criação *ex nihilo*, e da noção plotiniana de participação, Agostinho demonstrará, contra o dualismo maniqueu, que todos os seres do universo, inclusive a matéria, vieram de um único princípio – Deus –, não por emanção, mas por criação, não por necessidade, mas por um ato livre de amor, a partir do nada.⁶

A partir dessas concepções, Agostinho demonstra que, num universo criado por Deus, não há espaço para o mal, pois tudo o que Deus criou obedece à ordem por Ele estabelecida. “Sendo assim, na medida em que Deus, um ser plenamente bom, criou o mundo, o mundo é necessariamente bom, pois, se existisse alguma natureza má, macularia a bondade do criador”⁷. Assim, aquilo que julgamos disforme ou voltado para o mal, só o é na medida em que não temos compreensão da ordem e da harmonia superior de todas as coisas. Aquilo que os homens chamam de males não apenas não são males, mas fundamentalmente contribuem para a ordem superior do universo.

Desta forma, já no capítulo I de sua obra intitulada *O livre-arbítrio*, Agostinho afirma que Deus não pode praticar o mal, visto que é sumamente bom. Todas as coisas

⁵ COSTA, M. R. N. **O problema do mal em santo Agostinho**, 2006, p. 163.

⁶ COSTA, M. R. N. **O problema do mal em santo Agostinho**, 2006, p. 162.

⁷ BRANDÃO, R. E. **Ordem e perfeição: a filosofia da natureza de Santo Agostinho**, 2009, p.13.

se remetem ao bem, e a instrução também nos leva a ele. O mal moral, portanto, seria uma ausência de instrução quanto àquilo a que devemos nos remeter. Afirma Agostinho: “De onde se segue que, fazer o mal, não seria outra coisa do que renunciar à instrução. (Pois a verdadeira instrução só pode ser para o bem).⁸” A origem do mal, portanto, estaria na escolha da vontade humana, no uso equivocado de seu livre-arbítrio, uma vez que Agostinho defende a nulidade ontológica do mal. Todas as coisas provêm de Deus, que é sumamente bom, sendo ele mesmo incapaz de fazer o mal. Sendo Deus criador de todas as coisas, suas obras concorrem para sua harmonia. No caso do ser humano, este pode se desviar do bem, através do exercício indevido de seu livre-arbítrio. Nas palavras do próprio Agostinho: “Se não me engano, tal como a nossa argumentação mostrou, o mal moral tem sua origem no livre-arbítrio de nossa vontade”⁹.

Importante ressaltar que, para Agostinho, o livre-arbítrio não é ruim. Ruim torna-se o direcionamento dele para as coisas que não se voltam para o Bem, quando o homem age movido pela estultice. Quando o homem deixa de erguer os olhos para as coisas superiores, abraçando os bens transitórios, renuncia voluntariamente às verdades eternas e imutáveis do mundo inteligível, as verdades que nos remetem a Deus. Precioso comentário nos oferece Mariciane Nunes:

Em *O livre-arbítrio*, fica claro que Deus não é o autor do mal. Deus é o criador de todos os bens e todos recebem dele a sua perfeição. Mesmo os bens mínimos são, em si, merecedores de valor. O Criador concedeu ao homem o livre-arbítrio, para que, através dele, pudesse escolher livremente e, desse modo, merecesse o castigo ou a recompensa, conforme sua escolha. O livre-arbítrio está intimamente ligado às ações morais, uma vez que, possuindo essa potência, o homem torna-se responsável por suas opções e diante de seus atos. É pelo poder do livre-arbítrio que o homem escolhe entre abraçar o bem ou voltar-se para o mal.¹⁰

A vontade livre do homem, portanto, concede-nos a capacidade de escolha. À medida que o homem utiliza-se desta vontade sem discernimento, afastando-se do criador, sucumbe aos apelos dos bens transitórios¹¹. Este uso equivocado do livre-arbítrio é o que acaba gerando o mal, pois nos desvia do bem. Nas palavras do próprio Agostinho: “Tampouco é má a vontade livre do homem, a qual, como averiguamos, é

⁸ AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*, 2004, p.27.

⁹ AGOSTINHO. *O livre-arbítrio*, 2004, p. 69.

¹⁰ NUNES, M. M. *Livre-arbítrio e ação moral em Agostinho*, 2009, p. 116.

¹¹ “O mal é impulsionado e direcionado pela vontade que não tem uma causa eficiente, mas sim, uma causa deficiente. E a origem desta causa deficiente, onde se encontra? No livre-arbítrio, responderá Agostinho, isto é, na possibilidade humana de escolher entre obedecer a vontade de Deus ou contrariá-la, praticando o mal, o pecado. ROSA, H. W. *Santo Agostinho: o problema do mal e a busca da verdade*, 2011, p. 14-15.

preciso ser contada entre os bens médios. Mas o mal consiste na aversão da vontade ao bem imutável para se converter aos bens transitórios”¹². E podemos acrescentar: “Agostinho responde que o livre-arbítrio é um bem médio, mas que nem por isso deixa de ser um bem, e que, portanto, devemos agradecer a Deus por no-lo ter dado”¹³. O mal, portanto, não está no livre-arbítrio, mas no uso equivocado deste. O mal moral, desta forma, tem sua origem numa deficiência do exercício humano de sua vontade livre, uma vez que todo bem vem de Deus e todas as coisas se remetem a ele. O bom uso da liberdade, portanto, consiste em voltar-se para Deus e renunciar ao mal¹⁴.

A partir daí explica-se também a nulidade ontológica do mal, uma vez que aquele que tudo pode, não pode fazer o mal. Nas palavras de Alain de Libera:

Como diz Agostinho, o mal não é um ente, mas um nada, uma falta, uma ausência do Bem. Em suma, é uma *privação*. Nenhum dos dois tipos de mal deve, por conseguinte, ser referido a Deus: nem o pecado, nem a punição do pecador. O pecado nasce quando a vontade *se ausenta e falta*, é uma carência, uma nadificação da vontade; o castigo não é nada mais que a consequência do pecado.¹⁵

Se todas as coisas provêm de Deus, aquilo que se afasta completamente da natureza divina deixa de ser. Como afirma o próprio bispo de Hipona: “Assim, se acontecesse a supressão total do bem, o que restaria não é um quase nada, mas sim um absoluto nada”¹⁶. O mal, portanto, corresponde ao não-ser, pois ele simplesmente não é: “Procurei o que era a maldade e não encontrei uma substância, mas sim uma perversão da vontade desviada da substância suprema – de Vós, ó Deus – e tendendo para as coisas baixas”¹⁷. Eis porque, para Agostinho, o mal é como uma espécie de “desarmonia”, pois tudo que é criado pelo Pai busca harmonizar-se com ele. Nas palavras do próprio Agostinho:

Em absoluto, o mal não existe nem para Vós, nem para as vossas criaturas, pois nenhuma coisa há fora de Vós que se revolte ou que desmanche a ordem que lhe estabelecestes. Mas porque, em algumas das suas partes, certos elementos não se harmonizam com outros, são considerados maus.¹⁸

Como podemos perceber, para Agostinho todas as coisas são originadas a partir do Bem e a ele se remetem. O mal, enquanto princípio ontológico, simplesmente não é:

¹² AGOSTINHO, **O livre-arbítrio**, 2004, p. 141-142.

¹³ COSTA, M. R. N. **10 lições sobre santo Agostinho**, 2012, p. 37.

¹⁴ Extremamente importante ressaltar que “o mal não é algo necessário, pois o homem pode usar unicamente da liberdade para o bem, se assim o queira. Ou seja, o livre-arbítrio é condição necessária para o bem e para o mal, mas o mal não é necessário para a existência do livre-arbítrio. COSTA, M. R. N. **Defesa agostiniana da criação EX NIHILO, contra os maniqueus**, 2008, p. 58.

¹⁵ LIBERA, A. **A Filosofia Medieval**, 1998, p. 273.

¹⁶ AGOSTINHO. **O livre-arbítrio**, 2004, p.143.

¹⁷ AGOSTINHO. **Confissões**, 1973, p.142.

¹⁸ AGOSTINHO. **Confissões**, 1973, p.140.

corresponde ao não-ser. Existe unicamente o mal moral, que é uma desarmonia, um turvamento do discernimento humano que, pelo mau uso de seu livre-arbítrio, se desvia daquilo a que deve se conduzir.

Afirma Marcos Costa:

Portanto, para Agostinho, no universo criado e governado por Deus não há espaço para o mal físico, e o mal não pode ser definido como uma substância, visto ser toda a natureza um bem. E, radicalizando o conceito neoplatônico de “não-ser”, conclui que, apesar de ser justamente nos seres criados que o mal acontece, visto serem apenas participação da suma bondade de Deus e, por isso, estarmos sujeitos à mutação, contudo, o mal não se define como uma característica intrínseca do ser, não faz parte da essência do ser, que em si é sempre um bem. O mal, como o contrário da natureza, caracteriza-se por uma ausência do que deveria ser, ou pelo que ele não é; é uma corrupção que arrasta ou leva tudo em direção ao não-ser. Portanto, o mal é a corrupção, e como tal não tem consistência ontológica, é simplesmente “não-ser” ou “nada”.¹⁹

Fundamental torna-se, portanto, o *reconhecimento antropológico* do homem quanto à sua verdadeira natureza. Assim, o mesmo poderá fazer bom uso de sua vontade livre concedida por Deus, que o criou para o bem, embora permita ao mesmo o uso do livre-arbítrio. Em função disso, o bom direcionamento da vontade ao Bem é condição para também se alcançar a vida feliz. Atesta Mariciane Nunes:

Sabendo-se possuidor do livre-arbítrio, cabe ao homem orientar, de forma correta, essa potência. O livre-arbítrio designa o homem como moralmente responsável perante seus atos. Agostinho deixa clara a responsabilidade do homem como possuidor de uma vontade dotada de livre-arbítrio. Para o bispo de Hipona, o livre-arbítrio da vontade humana deve estar sempre voltado ao objetivo de viver retamente, buscando o Bem imutável. Tendo recebido o livre-arbítrio, o homem pode direcioná-lo ao Bem, alcançando a felicidade tão almejada.²⁰

Na visão agostiniana, compete ao homem, portanto, lucidez para bem direcionar o uso de seu livre-arbítrio, para viver de acordo com a reta razão, não sucumbindo às tentações rasteiras oferecidas pelo mundo. Cabe ao homem depurar-se, lapidar-se, direcionar-se para o Bem, sendo assim, feliz.

O equívoco humano consiste em abandonar sua natureza superior, valendo-se do próprio exercício de sua vontade livre. Agostinho entende que nenhuma criatura de

¹⁹ COSTA, M. R. N. **O problema do mal em santo Agostinho**, 2006, p. 167-168. Ainda sobre esta mesma questão, precioso comentário nos oferece o próprio Marcos Costa: “Em suma, o mal é o contrário da natureza. Entretanto, longe de ser uma substância, ele é o inimigo da substância, que arrasta ou leva ao não-ser tudo o que corrompe. Ele é simplesmente a corrupção que, não sendo substância, é nada.” COSTA, M. R. N. **Ordem, harmonia e perfeição do universo na Filosofia da natureza de Santo Agostinho**, 2003, p. 96. Convém ainda ressaltar precioso comentário de Cláudio Moreschini: “O mal não é uma substância, mas é o homem que faz o mal porque se perverteu em relação à verdadeira substância, que é Deus; é criado pela perversa vontade do homem, que se volta para as coisas inferiores, rejeita os seus bens interiores e se enche externamente.” MORESCHINI, C. **História da Filosofia Patrística**, 2008, p. 473.

²⁰ NUNES, M.M. **Livre-arbítrio e ação moral em Agostinho**, 2009, p. 119.

Deus é má: o erro humano, traduzido em pecado, consiste em abandonar sua natureza superior, renunciando-a pelo próprio uso de seu livre-arbítrio, o que nos ofusca ontologicamente. Diz Agostinho: “Assim, o pecado não consiste, como eu já disse, no apetecer uma natureza má, e sim na renúncia de outra, superior, de sorte que o mal é esta mesma preferência, e não a natureza de que se abusa ao pecar”²¹.

Daquilo que foi acima exposto, podemos inferir que Agostinho foi um grande divisor de águas ao fundamentar a noção de livre-arbítrio: noção esta tão cara à Filosofia cristã²². Este trabalho não objetivou abordar as preciosas consequências desta fundamentação, pois isto implicaria um fôlego muito maior. No entanto, sabemos quão cara é esta tese filosófica agostiniana para o cristianismo e para a história da Filosofia. Passamos a ter uma explicação filosófica para a existência do mal no mundo: este existe por um uso equivocado do livre-arbítrio, quando o homem se desvirtua do caminho reto, afastando-se da senda do Criador. Esta teoria desenvolvida pelo Bispo de Hipona ecoou por séculos e séculos e ainda ecoa no mundo contemporâneo (em várias formas de manifestação do cristianismo), que deve a Agostinho a fundamentação para estabelecer o mau uso do livre arbítrio como resposta às mazelas e atrocidades cometidas pelo homem moderno²³. Isto certamente nos demonstra a grandiosidade do pensamento agostiniano, não só para seu tempo, mas evidencia também a atualidade do pensamento do Santo, Bispo de Hipona.

Referências Bibliográficas:

AGOSTINHO, S. **A natureza do Bem**. Trad. Carlos Ancêde Nougé. Rio de Janeiro: Sétimo selo, 2005.

_____. **O livre-arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira. 4. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Confissões**. Trad. de Ângelo Ricci. São Paulo: Abril cultural, 1973.

BRANDÃO, R. E. **Ordem e perfeição: a filosofia da natureza de Santo Agostinho**. In: BAUCHWITZ, O. F; BEZERRA, C.C. (Orgs.) **Imagem e silêncio**. Atas do I simpósio ibero-americano de estudos neoplatônicos. Tomo I. Natal: EDUFRRN, 2009.

CONTALDO, S.M. **Cor inquietum**. Uma leitura das confissões de Agostinho. Porto Alegre: Suliani Letra&Vida editora, 2011.

²¹ AGOSTINHO, **A natureza do bem**, 2005, p. 49.

²² “Essas duas equiparações - do ser como o bem, e do mal como a privação do bem (e, portanto, privação de ser ou da realidade)- serão, a partir de Santo Agostinho, repetidas frequentemente pelos autores medievais.” SARANYANA, J-I. **A Filosofia Medieval. Das origens patrísticas à Escolástica barroca**, 2006, p.85.

²³ “Questões relativas aos vários aspectos da filosofia agostiniana continuam a ocupar os estudiosos da atualidade, nos diversos âmbitos do conhecimento.” CONTALDO, S. M., **Cor inquietum. Uma leitura das confissões de Agostinho**. 2011, p.101.

COSTA, M. R. N. **10 lições sobre Agostinho**. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Defesa agostiniana da criação EX NIHILO contra os maniqueus**. In: Scintilla. Revista de Filosofia e mística Medieval. Curitiba: São Boaventura Instituto de Filosofia. Vol. 5- nº1- jan/jun. 2008, pp. 43-60.

_____. **O problema do mal em santo Agostinho**. In: COSTA. M.R.N. (Org.) **A Filosofia Medieval no Brasil: persistência e resistência**. Recife: Printer, 2006. pp. 161-175.

_____. **Ordem, harmonia e universo na Filosofia da natureza de Santo Agostinho**. In: **Agora Filosófica** (revista de Filosofia). Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches, jan/dez. 2003, pp. 83-101.

LIBERA, A. **A Filosofia Medieval**. Trad. Nicolas Nyimi Campanário e Yvone Maria de Campos Teixeira da Silva. São Paulo: Loyola, 1998.

MORESCHINI, C. **História da Filosofia Patrística**. Tradução: Orlando Soares Moreira. São Paulo: Loyola, 2008.

NUNES, M. M. **Livre-arbítrio e ação moral em Agostinho**. Um estudo a partir do De Libero Arbitrio. (Dissertação de Mestrado). Porto Alegre: PPG-Filosofia PUCRS, 2009.

ROSA, H. W. **Santo Agostinho: o problema do mal e a busca da verdade**. In: VASCONCELLOS, M.; SILVA, L. (Orgs.) **STUDIA MEDIEVALIA**. Pelotas: Cópias Santa Cruz, 2011.

SARANYANA, J-I. **A Filosofia Medieval**. Das origens Patrísticas à Escolástica barroca. Trad. Fernando Salles. São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2006.